



Iniciativa Portuguesa sobre a Governação da Internet 2017

ANACOM

AUTORIDADE
NACIONAL
DE COMUNICAÇÕES

apds
si
Associação para a
Promoção e Desenvolvimento
da Sociedade da Informação



FCT Fundação
para a Ciência
e a Tecnologia

 IAPMEI

 Internet
Society

INICIATIVA PORTUGUESA SOBRE A Governança da Internet

LISBOA, 29 DE SETEMBRO DE 2017

LISBON, 29 SEPTEMBER 2017



ÍNDICE / INDEX

- 4 Mensagens de Lisboa
7 *Messages from Lisbon*
- 10 Contextualização
12 *Context*
- 15 Relatos das Sessões
Overview of the Sessions
- 16 BOAS VINDAS / WELCOME REMARKS
Jorge Marques dos Santos,
IAPMEI – Agência para a Competitividade e Inovação, IP
- 16 SESSÃO PLENÁRIA 1 / PLENARY SESSION 1
Qual o futuro da Internet?
What is the future of the Internet?
- 20 SESSÃO PARALELA 1 / PARALLEL SESSION 1
O exercício da cidadania plena é possível sem inclusão digital?
Is the exercise of one's full rights of citizenship possible without digital inclusion?
- 23 SESSÃO PARALELA 2 / PARALLEL SESSION 2
Liberdade de expressão, pegada digital e privacidade na Internet
Freedom of expression, digital footprint and Internet privacy
- 26 SESSÃO PLENÁRIA 2 / PLENARY SESSION 2
Confiança na Internet e RGPD
Internet trustworthiness and the GDPR
- 28 SESSÃO PLENÁRIA 3 / PLENARY SESSION 3
Conetividade internacional e coesão nacional
International connectivity and national cohesion
- 31 SESSÃO DE ENCERRAMENTO / CLOSING SESSION
João Cadete de Matos, ANACOM



The background is a solid green color with several white curved lines that create a sense of movement and depth. The lines are thin and elegant, curving across the top and bottom of the page. The central area is white, providing a clean space for the text.

Mensagens de Lisboa

Messages from Lisbon

Mensagens de Lisboa

QUAL É O FUTURO DA INTERNET?

A Internet constitui-se como uma outra dimensão da sociedade, a digital, ou como um outro e novo contexto em que se constrói a sociedade. A sua existência veio revolucionar formas de estar, pensar, trabalhar e de nos relacionarmos uns com os outros.

O contributo dos diferentes atores sociais é vital para a riqueza desta discussão, permitindo complementar perspectivas, muitas vezes díspares, acerca do que se pensa e do que está instituído face a novas realidades impossíveis de não resolver, tais como: a info-exclusão e melhorar estruturalmente as competências digitais, a necessidade da proteção de dados do indivíduo e das suas liberdades fundamentais, responder ao cibercrime, saber viver com a cibervigilância e assegurar a cibersegurança.

É no palco das Iniciativas Nacionais e Regionais (NRI – *National and Regional Initiatives*) do Fórum de Governação da Internet (IGF – *Internet Governance Forum*) que estão a decorrer discussões ativas sobre a Governação da Internet e que têm vindo a ter, progressivamente, impacto nas discussões sobre políticas públicas nesta matéria a nível nacional e, conseqüentemente, na própria organização anual do IGF.

Nesta sociedade cada vez mais digital é reconhecida a capacidade dos jovens “pensarem fora da caixa” e de forma arrojada e do seu contributo impactar de forma transversal diferentes setores, o que irá influenciar, necessariamente e já no curto prazo, a Governação da Internet.

Do conjunto destas diferentes perspectivas apresentadas na edição 2017 da iniciativa nacional da Governação da Internet, resultou um mosaico intra e interdisciplinar que caracteriza os principais cenários da Internet, atuais e futuros, da sua utilização, das vantagens e dos desafios que coloca.

O EXERCÍCIO DA CIDADANIA PLENA É POSSÍVEL SEM INCLUSÃO DIGITAL?

No contexto do exercício de uma cidadania plena é consensual a importância da inclusão e literacia digitais enquanto meios fundamentais para o exercício da cidadania.

A acessibilidade e o desenvolvimento das competências digitais permitem ao cidadão interagir e participar na sociedade, exercendo os seus direitos e os seus deveres.

Em Portugal, tem-se verificado um importante fenómeno relativo à utilização do digital. Apesar do rápido desenvolvimento do setor das tecnologias não há uma evolução similar no que refere à sua utilização. Assim, perante a acelerada evolução e massificação tecnológica este cenário de divisão digital poderá agravar-se nos próximos anos, ampliando as diferenças entre os grupos mais favorecidos e os info-excluídos, em risco de exclusão social ou das pessoas com deficiência.

A solução para este desafio implica a necessidade de se envolverem vários atores, numa perspetiva de cooperação *multistakeholder* que permita melhorar o sucesso na aplicação das várias medidas e políticas que pretendem responder à atual situação.

LIBERDADE DE EXPRESSÃO, PEGADA DIGITAL E PRIVACIDADE NA INTERNET

Principais ideias desta sessão:

- Incrementar a oferta de conteúdos de literacia digital nos currículos do ensino básico e secundário, designadamente sobre a privacidade e a ética na Internet;
- Incentivar os estabelecimentos de ensino superior a estruturarem os cursos de tecnologias e sistemas de informação segundo uma perspetiva moldada *ab initio* pelos conceitos de ética, legalidade, segurança, privacidade e proteção dos dados;
- Continuar a promover a partilha de opiniões e de sensibilidades sobre esta temática, com a especial preocupação de dar aos jovens a oportunidade para serem ouvidos e de envolver de forma ativa a classe política neste debate.

CONFIANÇA NA INTERNET E REGULAMENTO GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (RGPD)

Principais ideias desta sessão:

- Importância do direito à privacidade, enquanto princípio fundador da cidadania e da liberdade de expressão, na construção de relações de confiança entre os cidadãos e as empresas ou entidades estatais;

- Garantir que o controlo sobre a privacidade dos dados e o direito ao esquecimento é feito nos termos da lei aplicável;
- Assegurar a proteção dos dados pessoais e da privacidade a partir, designadamente, da adequada monitorização da informação;
- Existência de Políticas de Privacidade adaptadas à estrutura de cada organização, mas sempre de acordo com o RGPD;
- Relevância da criação da figura de “Encarregado da proteção de dados”, que em algumas estruturas passa a ser obrigatório.

CONETIVIDADE INTERNACIONAL E COESÃO NACIONAL

A conectividade internacional é essencial para que todo o ecossistema da Internet funcione. É uma infraestrutura basilar para o desenvolvimento socioeconómico, bem como para os projetos nacionais e internacionais relacionados com a inovação e investigação científica. Estas duas vertentes justificam plenamente o estabelecimento de novas artérias submarinas internacionais.

Impõe-se um debate para definição de uma estratégia nacional que envolva a conectividade internacional, quer do território continental de Portugal quer das suas Regiões Autónomas (RAs), visando garantir a defesa dos interesses do país, assim como a imprescindível coesão económica e social em todo o território nacional. Sublinha-se, em particular, a importância de Portugal não estar dependente, a médio/ longo prazo, de outro país para a sua interligação internacional, evitando-se assim a sua periferização no contexto da conectividade internacional.

Messages from Lisbon

WHAT IS THE FUTURE OF THE INTERNET?

The digital raised a new context on which society is built upon. Its existence has revolutionised the way we act, think, work and relate to each other.

The contribution of different actors is vital to ensure a variety of perspectives on the new realities that are impossible to ignore. These new realities include: info-exclusion, the continuous update of digital competencies, the need to protect each person's data and safeguard fundamental freedoms, the response to cybercrime, to live with cyber surveillance, and to assure cybersecurity.

At the level of the National and Regional Initiatives (NRIs) of the Internet Governance Forum (IGF) active discussions are taking place on Internet Governance that have been progressively embedded in discussions on public policies at the national level, feeding the annual organisation of the IGF.

In nowadays increasingly digital society, the ability of young people to think boldly and "outside the box" is quite well known, and their contributions will have an impact in different sectors, necessarily influencing Internet Governance in the short term.

The collection of various perspectives presented in the 2017 edition of the Portuguese Initiative on Internet Governance (PT – IGF) has resulted in an intra- and inter-disciplinary mosaic that characterises the principal scenarios for the Internet, both present and future, its use, its advantages, and the challenges it places before us.

CAN FULL CITIZENSHIP BE DULY ACHIEVED WITHOUT DIGITAL INCLUSION?

To exercise a full citizenship, there is a consensus on the importance of digital inclusion and literacy as fundamental means for its application. Accessibility and the development of digital competencies enable citizens to interact and participate in society and to exercise their rights and duties.

In Portugal, an important phenomenon on the use of digital has been observed. Despite the rapid development of the technology sector, there has not been the same speed in terms of its use. Thus, faced with technology's accelerated evolution and massification,

this scenario of the digital divide may worsen in the coming years, intensifying the differences between privileged groups and the info-excluded, at risk of social exclusion or people with disabilities.

The solutions to address this challenge imply the need to get various actors involved in a multistakeholder cooperation model, leading to greater success in the implementation of the several measures and policies which seek to respond to the present situation.

FREEDOM OF EXPRESSION, DIGITAL FOOTPRINT AND INTERNET PRIVACY

The principal ideas of this session:

- *To increase the digital literacy content offer in the curricula of primary and secondary education, namely with respect to Internet privacy and ethics;*
- *To incentivise Higher Education Institutions to structure courses in technology and information systems, in accordance with a perspective moulded ab initio by the concepts of ethics, legality, security, data privacy and protection;*
- *To continue to promote the sharing of opinions and sensitivities on this theme, paying special attention to the involvement of young people, as well as the politicians in this debate.*

TRUST IN THE INTERNET AND THE GENERAL DATA PROTECTION REGULATION (GDPR)

The principal ideas of this session:

- *To stress the importance of one's right to privacy as a founding principle of citizenship and freedom of expression, in establishing relationships of trust amongst citizens and companies or governmental entities;*
- *To guarantee that the control over data privacy and the right to be forgotten is provided for, within the terms of applicable law;*
- *To secure the protection of one's personal data and privacy mainly from an adequate monitoring of information;*

- *To underscore the existence of Privacy Policies adapted to the structure of each organisation but always in accordance with the General Data Protection Regulation – GDPR;*
- *To promote the creation of the position of “Data Protection Officer”, which will become mandatory in some structures.*

INTERNATIONAL CONNECTIVITY AND NATIONAL COHESION

International connectivity is essential so that the entire ecosystem of the Internet can function efficiently. It is a fundamental infrastructure for both socioeconomic development and those domestic and international projects focusing on innovation and scientific research. These two applications fully justify the establishment of new international underwater arteries for greater connectivity.

It is necessary to engage in a debate for defining a national strategy involving the international connectivity of continental Portugal and its Autonomous Regions, in order to defend the interests of Portugal and achieve social and economic cohesion across all the Portuguese territory.

It is important that Portugal should not be dependent on any other country for its interconnection, in the medium/long-term, to avoid any peripherization in terms of international connectivity.

Contextualização

A Iniciativa Portuguesa sobre a Governação da Internet (PT – IGF) é uma plataforma nacional de diálogo que reúne atores sociais, públicos e privados e a sociedade em geral para informar, refletir e debater de forma aberta e interativa a temática da Governação da Internet, tema fundamental na atual era digital.

O lançamento da Iniciativa decorreu na sequência de um movimento a nível global que conduziu vários *stakeholders* a organizarem, de forma voluntária, em várias partes do mundo, Iniciativas Nacionais e Regionais (NRI – *National and Regional Initiatives*) do Fórum de Governação da Internet (IGF – *Internet Governance Forum*). O IGF foi lançado em Tunes em 2005, no âmbito dos resultados da Cimeira Mundial sobre a Sociedade da Informação (WSIS – *World Summit on Information Society*) para discutir questões emergentes relacionadas com a Governação da Internet, junto das respetivas comunidades.

Todas as Iniciativas Nacionais e Regionais aderem aos princípios do IGF espelhados nos artigos 72.º e 73.º da Agenda de Tunes¹ adotada na WSIS de 2005.

A 1.ª edição da Iniciativa Nacional baseada no modelo multissetorial (*multistakeholder*) realizou-se em 2010 (Lisboa, 8 de julho). Seguiram-se outras edições em 2012 (Lisboa, 10 de julho), em 2013 (aquando da realização do EuroDIG² em Lisboa), em 2014 (Lisboa, 4 de junho), em 2015 (Porto, 10 de setembro) e em 2016 (Lisboa, 21 e 28 de outubro, 15, 16 e 28 de novembro). Entre 2010 e 2016, esta Iniciativa foi organizada, a nível nacional, como “Fórum para a Sociedade da Informação - Governação da Internet”, tendo em 2017 assumido a denominação de “Iniciativa Portuguesa sobre a Governação da Internet”.

A edição 2017 foi organizada conjuntamente pela ANACOM (Autoridade Nacional de Comunicações), APDSI (Associação para a Promoção e Desenvolvimento da Sociedade da Informação), a Associação DNS.PT, FCT (Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P.), o IAPMEI (Agência para a Competitividade e Inovação I.P.) e pelo ISOC Chapter Portugal.

1 <https://www.itu.int/net/wsis/docs2/tunis/off/6rev1.html>

2 <https://www.eurodig.org/index.php?id=1>

Os temas em discussão incidiram sobre o futuro da Internet, a cidadania e as competências digitais (cujas mensagens foram particularmente relevantes no âmbito das prioridades definidas pelo Governo através da INCoDe.2030 - Iniciativa Nacional em Competências Digitais e.2030), a liberdade de expressão, a confiança na Internet e a conectividade internacional. Portugal dispõe de uma excelente conectividade, em particular a nível de cobertura de banda larga, 4G e acesso a redes de nova geração, mas precisa de reforçar as competências digitais que continuam a ser um dos maiores desafios nacionais. Apesar de se registar um aumento da percentagem dos utilizadores que utilizam a Internet, esta continua a ser substancialmente inferior à média da União Europeia³.

A reflexão nacional *multistakeholder* e as principais mensagens de Portugal, que resultaram desta edição, contribuíram para a discussão que decorreu a nível mundial no âmbito das NRI, na 12.ª edição do IGF, em Genebra, de 18 a 21 de dezembro 2017, sob o tema "*Shape Your Digital Future!*", em particular na Sessão Plenária "*National and Regional Initiative's Perspective: Rights in The Digital World*".

Esta 12.ª edição do IGF 2017 foi marcada pelo debate sobre os desafios da Governança da Internet, nomeadamente: o futuro da Internet (Inteligência Artificial, *blockchain*, Internet das Coisas), o impacto desta rede global nas áreas comerciais e económicas, técnicas e sociais, o papel dos Governos nas políticas públicas relacionadas com a Internet (conflitos de jurisdição e cibersegurança) e o papel das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) para alcançar os Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 das Nações Unidas.

Context

The Portuguese Initiative on Internet Governance (PT – IGF) is a national platform for dialogue which brings together social actors, both public and private, and society in general. These different stakeholders reflect and debate Internet Governance in an open and interactive way.

As a result of the World Summit on Information Society (WSIS), the Internet Governance Forum (IGF) was launched in Tunis, in 2005 to discuss emergent questions related to Internet Governance with concerned communities. It was within this context that National and Regional Initiatives (NRIs) of the IGF started on a voluntary basis, at global level.

All NRIs adhere to the IGF principles reflected in Articles 72 and 73 of the Tunis Agenda,¹ adopted by the WSIS 2005.

The 1st edition of the PT – IGF took place in 2010 (Lisbon, 8 July). Other editions followed in 2012 (Lisbon, 10 July), in 2013 (back to back with EuroDIG² in Lisbon), in 2014 (Lisbon, 4 June), in 2015 (Porto, 10 September) and in 2016 (Lisbon, 21 and 28 October, 15, 16 and 28 November). Between 2010 and 2016, the Initiative was organised on the national level under the title, “Forum for the Information Society – Internet Governance”, and in 2017 the name became the PT – IGF.

The 2017 edition was organised together with ANACOM (Autoridade Nacional de Comunicações), APDSI (Associação para a Promoção e Desenvolvimento da Sociedade da Informação), Associação DNS.PT, FCT (Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P.), IAPMEI (Agência para a Competitividade e Inovação, I.P.), and by ISOC Portugal Chapter.

The themes under discussion focused on the future of the Internet, citizenship and digital competencies (whose messages were particularly relevant within the scope of the priorities defined by the government Programme INCoDe.2030 – National Digital Competences Initiative e.2030), freedom of expression, trust in the Internet, and international connectivity. Portugal enjoys excellent connectivity, in particular at the level of broadband coverage, 4G, and access to new generation networks, but it needs to strengthen

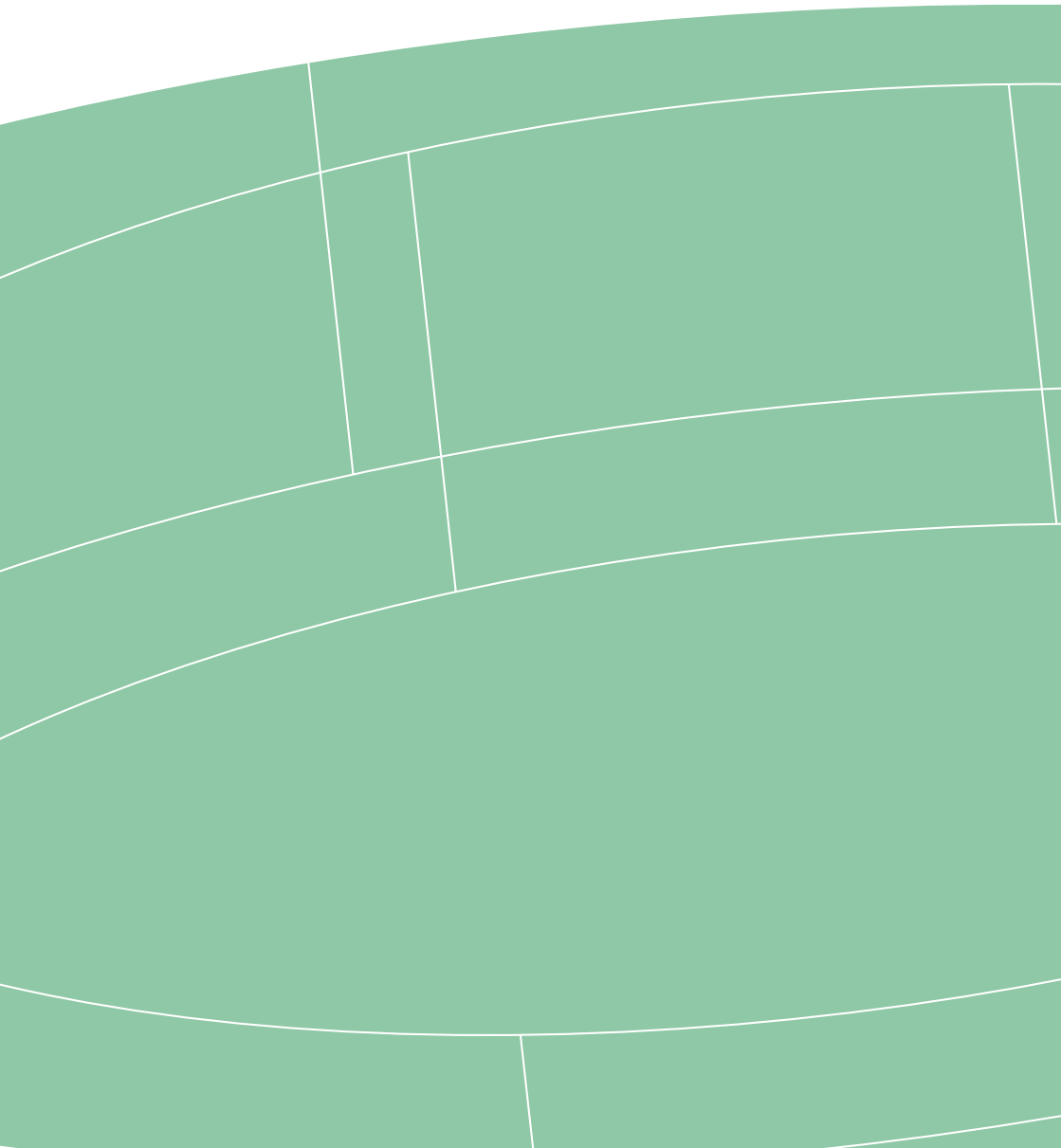
¹ <https://www.itu.int/net/wsis/docs2/tunis/off/6rev1.html>

² <https://www.eurodig.org/index.php?id=1>

digital competencies, an issue which remains one of the largest national challenges. It should be noted that even though there has been an increase in the percentage of Internet users, it remains substantially lower than the European Union average³.

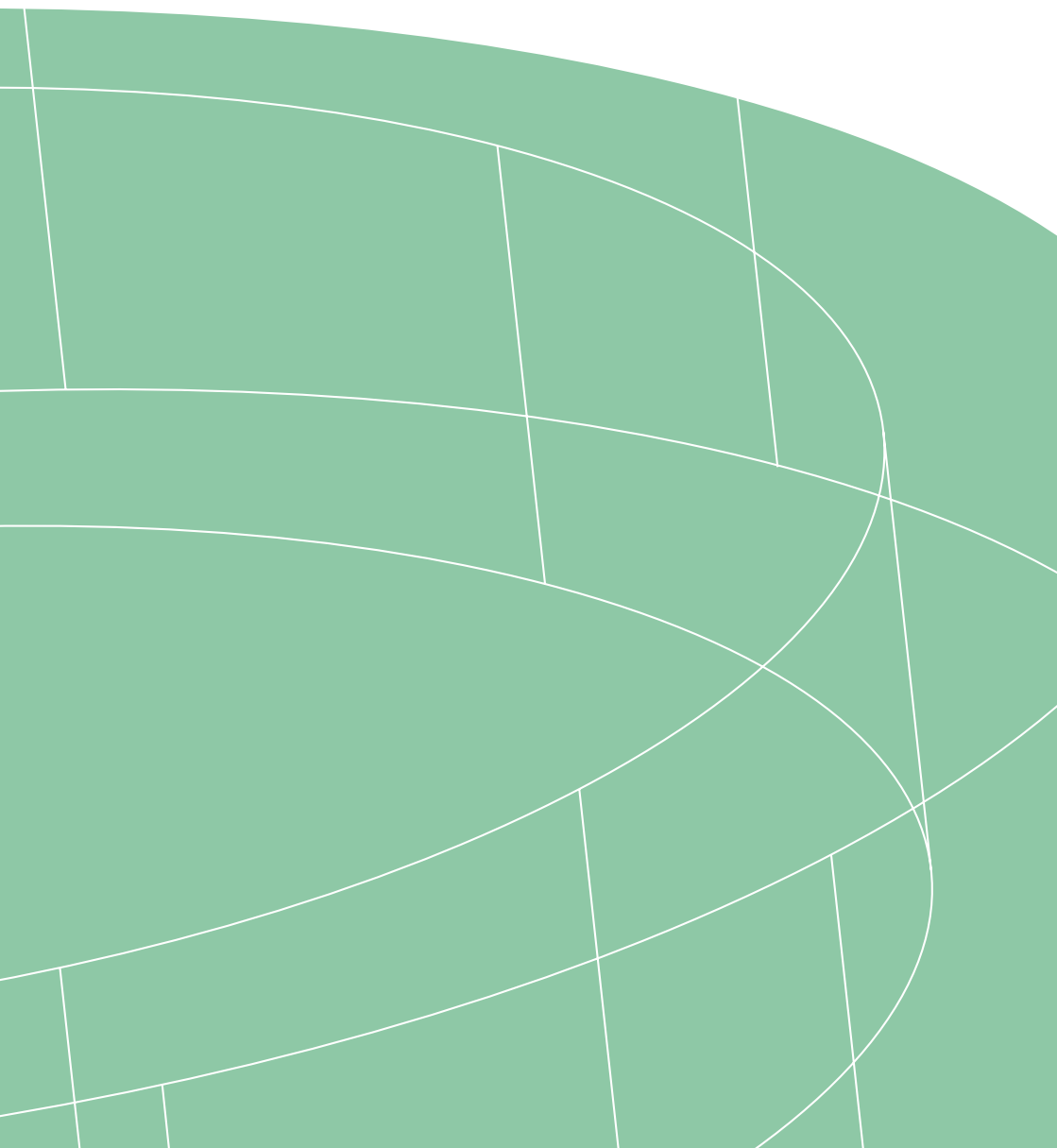
The national 'multistakeholders' reflection and the main messages from Portugal resulting from this edition have contributed to the discussion on a global level, in the scope of the NRIs. It was featured in the 12th edition of the IGF, which took place in Geneva, from 18 – 21 December 2017, under the theme "Shape Your Digital Future!", and in particular in the Plenary Session entitled "National and Regional Initiative's Perspective: Rights in The Digital World".

This 12th edition of IGF 2017 was marked by the debate on the challenges to Internet Governance, namely the issues of the future of the Internet (artificial intelligence, blockchain, the Internet of Things), the impact of this global network on commercial, economic, technical and social areas, the role of governments in dealing with public policies related to the Internet (conflicts of jurisdiction and cyber-security), and the role of Information and Communications Technologies (ICT) in reaching the Sustainable Development Goals of the United Nations 2030 Agenda for Sustainable Development.



Relatos das Sessões

Report from the Sessions



BOAS VINDAS / WELCOME REMARKS

Jorge Marques dos Santos, IAPMEI – Agência para a Competitividade e Inovação, I.P.

SESSÃO PLENÁRIA 1 / PLENARY SESSION 1

Qual o futuro da Internet?

What is the future of the Internet?

MODERADOR / MODERATOR

José Vitor Malheiros, Jornalista

ORADORES / SPEAKERS

Andrea Beccalli, Internet Corporation for Assigned Names and Numbers (ICANN)

André Azevedo, Microsoft Portugal

João Pedro Martins, European Youth Ambassador for Children Internet Safety

José Luís Garcia, Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa

Embaixador Luís Barreira de Sousa, Ciberdiplomacia, Ministério dos Negócios Estrangeiros

Lynn St. Amour, UN Internet Governance Forum - Multistakeholder Advisory Group

Teresa Vazão, Instituto Superior Técnico, Universidade de Lisboa

Tiago Manuel Rego, Federação Nacional das Associações Juvenis

RELATOR / RAPPORTEUR

Luísa Ferreira, FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P.

Ao discutir-se o futuro da Internet surgem sempre questões ligadas à sua governação e temas incontornáveis tais como: "Como preservar a Internet como uma rede única, aberta, segura, de confiança, fiável e não fragmentada a nível global? Como é governada a Internet? É preciso regular a Internet? O que significa 'Governação da Internet'? Qual o papel que cada um dos atores (setores público e privado, comunidades técnica e académica, sociedade civil e organizações internacionais) deve assumir nessa governação? A Internet deveria ser alvo de uma regulação intergovernamental? Quais as atuais oportunidades e ameaças à Internet? Qual o futuro da Internet?".

A Internet constitui-se como uma outra dimensão da sociedade, ou como um outro e novo contexto em que se constrói a sociedade. A sua existência veio revolucionar formas de estar, de pensar, de trabalhar e de nos relacionarmos uns com os outros.

O contributo dos diferentes atores é vital para a riqueza desta discussão, permitindo complementar perspectivas, muitas vezes díspares, acerca do que se pensa, do que está instituído, face a novas realidades como a melhoria da inclusão e das competências digitais, a necessidade da proteção de dados do indivíduo e das liberdades fundamentais, a resposta ao cibercrime e à cibervigilância ou a garantia da cibersegurança.

A abordagem na discussão sobre a Governação da Internet foi feita de diferentes formas: alguns participantes centraram-se nas suas origens, o que é fundamental para não se esquecer o seu histórico e o ponto de partida, outros discutiram as questões e preocupações que derivam da sua aplicação, dos diferentes níveis de utilização e da forma como cada ator vê e pretende que a Internet evolua.

A sessão anual da Iniciativa Portuguesa sobre a Governação da Internet contou com um importante enquadramento dado de viva voz pela presidente do *Multistakeholder Advisory Group* (MAG) do IGF, acerca das NRI que têm promovido de forma alargada, participada e assertiva uma discussão sobre vários tópicos da Governação da Internet. Para além de uma explicação das origens do IGF, ligadas às duas Cimeiras da WSIS das Nações Unidas, Lynn St. Amour sublinhou o papel crescente das NRI, que atualmente são cerca de 100, a nível mundial. Este é um dado relevante, considerando que é no palco dessas iniciativas locais que decorrem discussões ativas que têm progressivamente vindo a ter importantes repercussões a nível nacional e a influenciar a própria organização anual do IGF. Na verdade, e para o avanço da política, muitas das discussões fazem-se ao nível técnico e da academia (de que são exemplo os casos da Inteligência Artificial, da Internet das Coisas e da Computação Avançada), mas há também debates sobre outras temáticas mais comumente abordadas com impacto em todos os cidadãos, como a liberdade de expressão, os direitos humanos, os direitos de autor e o acesso que têm influência direta na Governação da Internet.

Adicionalmente à participação dos tradicionais atores, foi dada voz aos “jovens” que tiveram oportunidade de expressar as suas preocupações e a sua realidade face à Governação da Internet. Foi reconhecida a capacidade dos jovens “pensarem fora da caixa”, no sentido em que podem dar o seu contributo de forma transversal, diferente e arrojada, o que irá impactar necessariamente, a curto prazo, a Governação da Internet.

Do conjunto destas diferentes perspetivas resultou um mosaico inter e intra disciplinar que caracteriza os principais cenários da Internet, atuais e futuros, da sua utilização, das vantagens e dos desafios que coloca. Discussão a continuar em 2018.

When discussing the future of the Internet, questions always arise with respect to its governance, touching on such inescapable themes such as: How to preserve the Internet as a single, open, secure, trusted, trustworthy and unfragmented network on a global level? How is the Internet governed? Do we need to regulate the Internet? What does 'Internet Governance' mean? When considering the wide range of actors (public and private sectors, technical and academic communities, civil society and international organisations) what role should each one assume in this governance? Should the Internet be the target of inter-governmental regulation? What opportunities and threats does the Internet currently face? What is the future of the Internet?

The Internet is a framework akin to another dimension of society and has become a new context on which society is built upon. Its existence has revolutionised the way we act, think, work and relate to each other.

The contribution of different actors is vital to ensure the fruitfulness of our discussion, allowing it to enjoy complementary perspectives – albeit many times contrasting – on what is envisioned and what is being instituted in terms of the new realities such as improving inclusion and digital competencies, the need to protect each person's data and safeguard fundamental freedoms, the response to cybercrime and cybersurveillance, and assuring cybersecurity.

The approach to the debate on Internet Governance pursued different forms: some participants focused on its origins, which is important so as to not forget its history, while others debated the questions and concerns that stem from the Internet's application, including its various levels of use and their views and desires for the Internet and for its evolution.

The annual session of the PT - IGF featured an important contextualisation given by the President of the Multistakeholder Advisory Group (MAG) of the IGF, who spoke on how the National and Regional Initiatives (NRIs) have been promoting a discussion on the various topics of Internet Governance in a broad, participatory and assertive way. In addition to explaining the IGF's origins linked to the two United Nations WSIS Summits, Lynn St. Amour went on to underscore the growing importance of the NRIs, which are

approximately 100 in number worldwide. This is relevant information when one considers that it is on the stage of these local initiatives that active debates take place, ones which have had increasingly important repercussions on the national level and have indeed influenced the IGF's annual organisation. In fact, and for the advancement of policies, many of the discussions have occurred on the technical and academic level (as in the examples of cases dealing with Artificial Intelligence, the Internet of Things, and Advanced Computing), but there have also been debates on themes more commonly raised for their impact on ordinary citizens, such as the freedom of expression, human rights, copyright protection, and user access, all of which have a direct influence on Internet Governance.

Alongside the participation of traditional actors, "younger voices" were given the opportunity to express their concerns and their reality with respect to Internet Governance. The ability of young people "to think outside the box" has long been recognised, and their potential for making contributions in a transversal way, ones that are bold and different, will necessarily impact Internet Governance in the short term.

This collection of wide-ranging perspectives has resulted in an intra- and inter-disciplinary mosaic that characterises the principal scenarios for the Internet, both present and future, its use, its advantages, and the challenges it places beneath us. Discussion to be continued in 2018.

SESSÃO PARALELA 1 / PARALLEL SESSION 1

O exercício da cidadania plena é possível sem inclusão digital?
Is the exercise of one's full rights of citizenship possible without digital inclusion?

MODERADOR / MODERATOR

Luis Vidigal, APDSI

ORADORES / SPEAKERS

Ana Cristina Neves, FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P. / Secretariado Técnico da INCoDe.2030

Ana Sepúlveda, 40+ Lab

Elisabete Macieira, MUDA – Movimento pela Utilização Digital Ativa

Frederico Cruz Jesus, NOVA IMS, Universidade Nova de Lisboa

Henrique Gil, Instituto Politécnico de Castelo Branco

Lúisa Aires, Rede de Observatórios Municipais para a Literacia e a Inclusão Digital

Sara Pereira, Centro de Estudos de Comunicação Social, Universidade do Minho

RELATOR / RAPPORTEUR

Renata Henriques, APDSI

Segundo dados do Eurostat, cerca de 1/4 da população portuguesa afirma nunca ter utilizado a Internet. Assim, no quadro europeu, apesar de Portugal se encontrar entre os primeiros lugares no desenvolvimento do setor das TIC, estamos claramente nos últimos no que respeita à utilização.

Houve quem defendesse que perante a acelerada evolução e massificação tecnológica, este cenário de divisão digital possa agravar-se nos próximos anos, amplificando as diferenças entre os grupos mais favorecidos e os excluídos, ou em risco de exclusão social.

Foram destacados os elevados índices de infoexclusão das pessoas com deficiência. Ao tratar-se de um grupo que deveria beneficiar do potencial das TIC, encaminha-nos para pensar que a exclusão digital tende a ser causa e consequência de desigualdades sociais, tornando-se urgente quebrar estes ciclos.

Para enfrentar estes desafios foi destacada a necessidade de se considerarem simultaneamente diferentes atores. Se, por um lado, os indicadores oferecem um retrato do país, por outro, a cooperação *multistakeholder* permite melhorar o sucesso na aplicação de medidas para ultrapassar as fraquezas identificadas.

Este trabalho colaborativo de envolvimento e entendimento entre os diferentes setores permitirá que a reflexão acerca das dificuldades que os cidadãos sentem no acesso e na utilização da Internet seja, simultaneamente, em dois sentidos: *top-down* e *bottom-up*, havendo uma melhor correspondência entre a execução das medidas e as reais necessidades dos cidadãos.

Neste contexto, defendeu-se ser dever do Estado manter uma rede nacional entre entidades que investem neste tema, sejam públicas, privadas, da academia ou da sociedade civil, harmonizando a abordagem e tornando o acesso mais tangível.

Foi destacado ainda o papel do cidadão enquanto recurso válido e relevante no desenvolvimento da Sociedade do Conhecimento. Neste contexto, reforça-se a importância da literacia mediática para capacitação individual do cidadão, permitindo-lhe agir, questionar e transformar o conhecimento.

Em suma, foi consensual a importância de apostar na inclusão e literacia digitais enquanto meios fundamentais para o exercício da cidadania. A acessibilidade e o desenvolvimento das competências digitais permitem ainda facilitar ao cidadão a interação e participação na sociedade, exercendo os seus direitos e os seus deveres.

According to data from Eurostat, approximately ¼ of the Portuguese population has never used the Internet. Thus, within the European framework, although Portugal is amongst the top-ranking countries in terms of development in the ICT sector, we are clearly at the bottom when it comes to ICT usage.

There are those who have stated that given this accelerated evolution and technological massification, the scenario of a digital divide will worsen in the coming years, intensifying the differences between advantaged groups and those who are excluded or at risk of social exclusion.

The high index values for info-exclusion for people with disabilities have been detected. In dealing with a group which ought to benefit from ICT's potential, we are led to think that digital exclusion tends to be the cause and the consequence of social inequalities, thus making it urgent that such cycles are broken.

To face these challenges, different actors must be taken into account simultaneously. If, on the one hand, these indicators offer us a portrait of the country at present, then mul-

tistakeholder cooperation can provide the impetus to greater success in the application of measures to overcome the weaknesses that have been identified.

This collaborative work of involvement and understanding amongst the various sectors will enable the reflection on the problems of Internet access and use experienced by citizens to be both top-down and bottom-up, affording a greater correspondence between the execution of measures and the real needs of citizens.

In this context, it was put forth that it should fall to the State to maintain a national network of entities to invest in this issue, be they public, private, academically-based or from civil society, to harmonise the approach and to make access more tangible.

The role of the citizen as a valid and relevant resource in the development of the Knowledge Society was also mentioned. In this context, the importance of media literacy training for the individual qualification of citizens was stressed, as this enables a person to act, to question, and to transform knowledge.

To summarise, consensus was reached on the importance of investing in inclusion and digital literacy as fundamental means for the full exercise of citizenship. Accessibility and development of digital competencies provide citizens greater ease in their interactions and participation within society, allowing them to exercise their rights and duties.

SESSÃO PARALELA 2 / PARALLEL SESSION 2

Liberdade de expressão, pegada digital e privacidade na Internet
Freedom of expression, digital footprint and Internet privacy

MODERADOR / MODERATOR

João Correia de Freitas, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Nova de Lisboa

ORADORES / SPEAKERS

Eduardo Santos, Associação D3 – Defesa dos Direitos Digitais

José Legatheaux Martins, ISOC Chapter Portugal

Henrique João Domingos, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Nova de Lisboa

Manuel David Masseno, Instituto Politécnico de Beja

Raquel Alexandra Brízida Castro, Centro de Investigação Jurídica do Ciberespaço da Faculdade de Direito, Universidade de Lisboa

Tito de Moraes, Miúdos Seguros na Net

RELATOR / RAPPORTEUR

Judite Nozes, ISOC Chapter Portugal

Os membros do painel expuseram diversos problemas e apresentaram algumas propostas sobre a problemática referente ao tema do painel. Os aspetos mais focados foram:

- O contraste entre os enquadramentos regulatórios dos Estados Unidos da América e da Europa;
- Constatação de que a segurança das telecomunicações tem cada vez mais uma ligação estreita à privacidade, a qual é hoje um grave problema na Internet. Acresce, ainda, o problema da confiabilidade dos sistemas que o cidadão usa na Internet;
- A Internet passa neste momento por um processo de censura feita, não pelo Estado, mas por empresas. Os algoritmos aplicam critérios que não são públicos nem transparentes e que têm um impacto não despreciable na liberdade de expressão;

- Apresentação de uma visão não otimista sobre a aplicação do Regulamento Geral da Proteção de Dados (RGPD) devido a dificuldades para uma colocação em prática de forma uniforme, por todos os Estados-Membros. Esta é uma necessidade de recurso subsidiário a diretivas sobre questões específicas que foi deixada aos Estados-membros, e a estipulação do consentimento parental para aceder aos serviços da sociedade da informação no RGPD, que foi classificada como pouco realista;
- O conceito de privacidade, direito consignado internacional e nacionalmente, é complexo de delimitar em particular ao atender à percepção e atitudes da geração jovem neste domínio;
- Questionamento sobre a privacidade das telecomunicações e possível infração do princípio da proporcionalidade no acesso à 'Big Data' das telecomunicações de todos os cidadãos, considerando o que se encontra consignado designadamente na Declaração Universal dos Direitos Humanos;
- O rastreamento na Web por terceiras partes é generalizado, põe em causa a privacidade dos utilizadores e não é claro que as normas existentes sejam suficientes para lidarem com esta prática, sobretudo porque as mesmas são dificilmente aplicáveis a todo o planeta. A "economia dos cliques" baseia-se no essencial, na recolha e cruzamento de dados não anonimizados obtidos sem consentimento. O valor desses dados é enorme e é negociado nos bastidores através de trocas, cruzamentos e venda;
- Necessidade de partilha de opiniões e de sensibilidades – mais do que ideias já maturadas – sobre os temas em debate;
- A proposta para incluir nos currículos das Tecnologias de Informação e Comunicação, nos vários níveis de ensino, conteúdos como a privacidade ou a ética na Internet.

The members of the panel discussed a series of issues and presented some proposals to address the concerns related to Freedom of Expression, digital footprint and Internet Privacy. The aspects receiving the most attention were:

- *The contrast between the regulatory framework in force in the United States and Europe;*
- *The statement of how telecommunications security is more and more closely linked to privacy issues, which is today a serious problem for the Internet and to the trustworthiness of systems used by citizens on the Internet;*
- *How the Internet is presently vulnerable to acts of censorship, not deriving from the State but instituted by companies. Algorithms apply criteria that are neither public nor transparent, reflecting a significant impact in terms of freedom of expression;*
- *The presentation of a less than optimistic vision on the application of the General Data Protection Regulation (GDPR) due to the difficulties arising from how to put it into practice in a uniform manner for all Member-States. This matter requires critical attention as it underlies the directives on specific questions that were left to the Member-States, and the stipulation of parental consent needed to access services related to the information society framed by the GDPR was classified as not very realistic;*
- *The concept of privacy, an internationally and nationally recognised right, is rather difficult to delineate, particularly when dealing with the perceptions and attitudes of the younger generation in this regard;*
- *Questioning as to the privacy of telecommunications and the possible infraction of the principle of proportionality of access to the metadata of the telecommunications of all citizens, considering what is enshrined specifically in the Universal Declaration of Human Rights;*
- *How Web screening by third parties is a generalised practice that challenges user privacy and how it is unclear whether the existing norms are sufficient to address this practice, especially because they are difficult to apply globally. The “economy of clicks” is based on the essential, on the gathering and intersection of data that is neither anonymous nor obtained with consent. The value of this data is great and negotiated behind the scenes via swaps, exchanges, and sales;*
- *The need to share opinions and sensibilities – more than already mature ideas – on the themes being debated; the proposal to include academic content such as privacy and Internet ethics in the ICT curricula at various levels of education.*

Confiança na Internet e RGPD
Internet trustworthiness and the GDPR

MODERADOR / MODERATOR

Ana Maria Evans, NOVA IMS, Universidade Nova de Lisboa

ORADORES / SPEAKERS

Henrique Necho, APDSI

João Paulo Carvalho, Quidgest

Luís Neto Galvão, SRS Advogados

Luis Pisco, DECO – Defesa do Consumidor

Cláudia Martins, Vortal

RELATOR / RAPPORTEUR

Daniela Azevedo, APDSI

Em 27 de abril de 2016, foi aprovado pelo Parlamento Europeu e o Conselho da UE o novo RGPD. O objetivo do RGPD é reforçar a confiança dos cidadãos no digital, o que, nos Estados-membros, ganha particular urgência uma vez que entra em vigor a 25 de maio de 2018.

No painel foi sublinhada a importância do direito à privacidade, enquanto princípio fundador da cidadania e da liberdade de expressão, e na construção de relações de confiança entre os cidadãos e as empresas ou entidades estatais. A partir de 2018, o direito ao acesso aos dados dos cidadãos sai reforçado, bem como o direito à portabilidade e eliminação dos dados.

O desafio até 2018, será assim o de garantir que esse controlo sobre a privacidade dos dados e o direito ao esquecimento é feito com justiça. A questão da monetização da informação também foi abordada, enquanto tendência mundial, e enquanto eventual obstáculo que é necessário combater para elevar a proteção dos dados e da privacidade. Para os oradores convidados é necessária especial prudência com os dados a serem usados de forma desregulada e pouco transparente. Os planos de privacidade devem, contudo, ser adaptados a cada organização.

Importante salientar, ainda, que a manutenção ou tratamento de dados de forma ilegal ou não contemplada no novo RGPD pode levar à perda do negócio. As empre-

sas, mesmo as que já têm em conta o *risk assessment*, têm-no muito virado para a segurança informática, para a ameaça e o ataque ao negócio.

Foi deixado o apelo para que o processo de implementação do regulamento seja uma oportunidade para detalhar os motivos pelos quais as instituições mantêm informação e um meio para dar respostas às dúvidas que as empresas possam ter. Resumidamente, a criação da figura do *data protection officer* foi apontada como prioritária até para o setor público, onde o RGPD também vai ser aplicado.

On 27 April 2016, the GDPR was approved by the European Parliament and the EU Council. The objective of the GDPR is to strengthen citizens' trust in digital media, which for the Member States takes on particular urgency as the Regulation goes into effect on 25 May 2018.

The panel underscored the importance of one's right to privacy as a founding principle of citizenship and freedom of expression and needed for the construction of relationships built on trust amongst citizen and companies or state-run entities. Beginning in 2018, the right of access to a citizen's data will be reinforced as well as the right of portability and the elimination of data.

The challenge to 2018 will be to guarantee that this control over one's data privacy and the right to be forgotten is carried out fairly. The question of monetarisation of information as a global trend was also taken up, as this may prove to be an eventual obstacle that needs to be combatted for greater protection of data and privacy. In the view of the members of the panel, greater prudence is needed when data is used in a way that is unregulated and weak in transparency. Plans for privacy must, nevertheless, be adapted to each organisation.

It should be added as well that the maintenance or treatment of data that it either illegally done or not covered by the new GDPR can lead to the loss of business. Companies, even those that take risk assessment into account, have directed it more toward informatics security, threats, and attacks on business.

A call was made for the GDPR implementation process to be viewed as an opportunity to indicate in detail the motives for which institutions keep information and a means to offer responses to the doubts which companies may have. To summarise, the creation of a post of data protection officer was noted as being a priority even for the public sector where the GDPR is also to be applied.

Conetividade internacional e coesão nacional *International connectivity and national cohesion*

MODERADOR / MODERATOR

José Morais Oliveira

ORADORES / SPEAKERS

José Sousa Barros, ANACOM

João Nuno Ferreira, FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P.

Filipe Ferreira, EMACOM

RELATOR / RAPPORTEUR

Manuel Costa Cabral, ANACOM

CONETIVIDADE INTERNACIONAL

A importância da conectividade internacional foi uma das mensagens que sobressaiu da Iniciativa Portuguesa sobre a Governação da Internet. A conectividade internacional é essencial para que todo o ecossistema da Internet funcione. Nesse contexto, a discussão da Governação da Internet nunca ficará completa sem atender a estas questões.

No debate foi sublinhado que a Conectividade Internacional constitui uma infraestrutura essencial e basilar para o desenvolvimento socioeconómico. Foi igualmente referido que os investimentos em Conectividade Internacional são indispensáveis para que Portugal continue a usufruir duma interligação diferenciada e competitiva em termos internacionais, e também para que continue a beneficiar de um papel central, que atualmente desempenha, como nó da Rede Internacional.

Sublinhou-se ainda que os projetos relacionados com a Inovação e Investigação científica justificam o estabelecimento de novas artérias submarinas internacionais.

Um dos problemas por resolver está relacionado com a interligação das Regiões Autónomas (RAs) ao Continente, podendo a solução passar pela implementação dum novo anel em fibra ótica que interligue, em triangulação, as RAs e o Continente (vértices do triângulo no Continente, na Madeira e nos Açores). A solução a ser encontrada deverá passar por uma abordagem em conjunto que envolva todas as interligações, tendo-se em particular atenção as especificidades das RAs, nomea-

damente a possibilidade de localização de centros de investigação nas RAs que estarão carentes de interligações de alta velocidade quer ao Continente, quer a outros países.

Considerando a necessidade de defesa dos interesses de Portugal, para a promoção de um ambiente competitivo e concorrencial nestas matérias, será necessário a discussão sobre uma estratégia nacional a ser assumida que envolva a conectividade internacional quer do Continente, quer das RAs.

Para esta discussão, sublinha-se a importância de Portugal não poder estar dependente, a médio/longo prazo, de um terceiro país para a sua interligação internacional, evitando-se assim uma periferização de Portugal no contexto da Conectividade Internacional. De igual modo se identifica a necessidade de Portugal não estar dependente de um país estrangeiro, para o estabelecimento de ligações domésticas que envolvam as RAs e o Continente.

INTERNATIONAL CONNECTIVITY

The importance of international connectivity was one of the messages that stood out during the gathering of the PT - IGF. International connectivity is essential so that the entire ecosystem can function. In this context, the discussion on Internet Governance will never be complete without attending to these questions.

In the debate, it was noted how international connectivity constitutes an essential and basic infrastructure for socioeconomic development. It was also mentioned how investments in international connectivity are fundamental for Portugal to continue to enjoy both differentiated and competitive interconnections in international terms. It is also important for the country to continue to benefit from the central role it presently occupies as a hub of the International Network.

It was also focused how projects related to Innovation and Scientific Research justify the establishment of new international underwater arteries.

One of the problems to be resolved focuses on the interlinking of the Autonomous Regions (ARs) to Mainland Portugal, with a potential solution coming in the form of the implementation of a new ring of fibre optic cable that, via triangulation, links the ARs to the mainland (vertices being Mainland Portugal, Madeira, and the Azores). The solu-

tion to be found must take into account a joint approach that involves all connection points. Particular attention should be paid to the ARs, namely the possibility of locating research centres in the ARs that are lacking in high-speed interconnections, be they to the mainland or to other countries.

Considering the need to defend Portugal's interests and for the sake of promoting a competitive and competition-based atmosphere on this issue, a discussion needs to be taken up on a national strategy that involves international connectivity either with the mainland or with the ARs.

For this discussion, it is important to emphasise how Portugal in the medium or long term cannot be dependent on a third country for its international interconnection and must prevent the country from being relegated to the periphery in terms of international connectivity. Similarly identified was Portugal's need to assure independence from any third country for the establishment of domestic links between Mainland Portugal and the Autonomous Regions.

SESSÃO DE ENCERRAMENTO / CLOSING SESSION

João Cadete de Matos, ANACOM

João Cadete de Matos, Presidente do Conselho da Administração da Autoridade Nacional de Comunicações, fez um discurso de encerramento.

João Cadete de Matos, President of the Board of Directors of ANACOM, the national regulatory authority for postal communications and electronic communications, gave the closing speech.

INICIATIVA PORTUGUESA SOBRE A Governação da Internet 2017

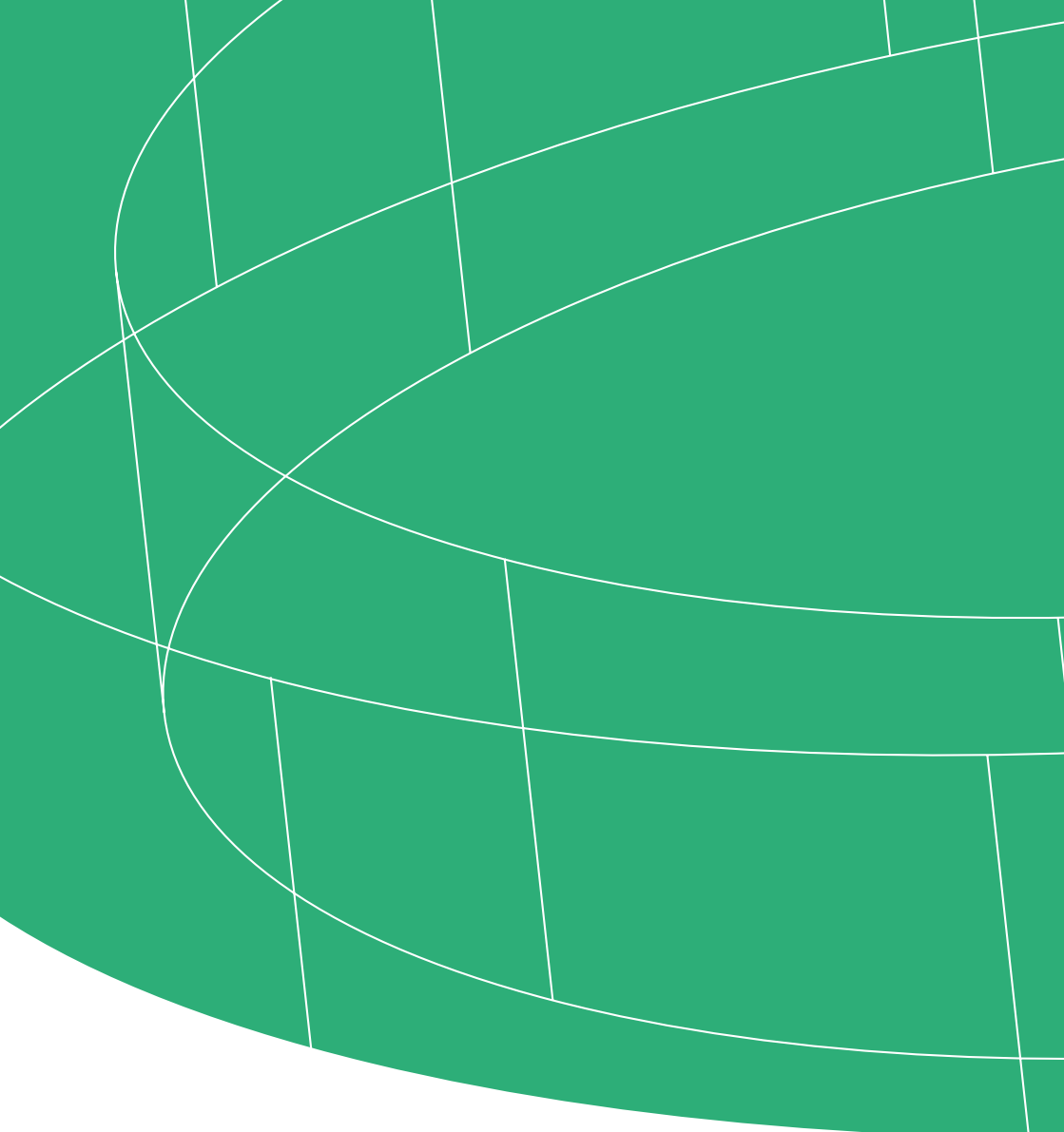
Esta publicação pode ser descarregada no website da FCT,
em www.fct.pt.



Este trabalho está licenciado sob uma Licença Creative Commons
Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional.

Para ver uma cópia desta licença, visite
<http://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/>.

© Fundação para a Ciência e a Tecnologia 2018



www.governacaointernet.pt